

PARTE II
AUDITOR FISCAL

26. Desde que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes, a expressão "legislação tributária" compreende
- A) as Leis, os Atos Institucionais, os Tratados de Paz, os Decretos e as Normas Complementares.
 - B) a Constituição Federal, os Tratados e as Convenções Internacionais, os Decretos Legislativos, as Normas Complementares e as Decisões Judiciais.
 - C) as Leis, os Tratados e as Convenções Internacionais, os Decretos e as Normas Complementares.
 - D) as Leis, os Acordos e as Convenções Internacionais, os Decretos, as Normas Complementares e as Decisões Judiciais.
27. São prerrogativas legais em matéria tributária, ficando reservada, exclusivamente, à Lei estabelecer:
- A) Instituição de Tributos; Extinção de Tributos; Exclusão do Crédito Tributário e Cominação de Penalidades.
 - B) Instituição de Tributos; Majoração de Tributos; Exclusão do Crédito Tributário e Cominação de Penalidades.
 - C) Majoração de Tributos; Extinção de Tributos; Fixação de Alíquotas e Cominação de Penalidades.
 - D) Instituição de Tributos; Extinção de Tributos; Exclusão do Crédito Tributário e Definição de Fato Gerador.
28. Têm o poder de revogar ou modificar a legislação tributária do país, sendo observados, no caso de uma nova legislação que a substitua. Estamos falando de
- A) Decretos Municipais.
 - B) Decretos Estaduais.
 - C) Convênios e Protocolos celebrados entre os Estados.
 - D) Tratados e Convenções Internacionais.
29. Seu conteúdo e alcance restringem-se ao da lei em função da qual tenha sido expedido. Trata-se de
- A) Tratado Internacional.
 - B) Decreto.
 - C) Lei Complementar.
 - D) Convênio.
30. Tratando-se de ato não definitivamente julgado, a lei poderá retroagir
- A) quando lhe comine penalidade mais severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
 - B) quando passe a defini-lo como infração.
 - C) quando implique falta de pagamento de tributo.
 - D) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
31. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada,
- A) os princípios gerais de direito tributário; a analogia; os princípios gerais de direito público e a equidade.
 - B) os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; a analogia e a equidade.
 - C) a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público e a equidade.
 - D) a equidade; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público e a analogia.
32. Assinale a alternativa que contém o nome dado à situação definida em lei necessária e suficiente para sua ocorrência, tendo, como objeto, a obrigação de pagar o tributo ou a penalidade pecuniária.
- A) Declaração.
 - B) Fato Gerador.
 - C) Tributo.
 - D) Multa.

33. Assinale a alternativa que contém a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o cumprimento da obrigação tributária.
- A) O contador.
 - B) O contribuinte.
 - C) O sujeito Passivo.
 - D) O sujeito Ativo.
34. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou à penalidade pecuniária e divide-se em
- A) contribuinte e contador.
 - B) contribuinte e consumidor.
 - C) responsável e contador.
 - D) contribuinte e responsável.
35. Assinale a alternativa que completa, corretamente, a frase: A Capacidade Tributária passiva independe _____.
- A) da existência do fato gerador.
 - B) das medidas judiciais resolutivas.
 - C) da capacidade civil das pessoas naturais.
 - D) da existência do sujeito ativo.
36. Para fins de Responsabilidade Tributária, o Código Tributário Nacional (CTN) distinguiu 3 (três) espécies, quais sejam:
- A) Responsabilidade dos Sucessores; Responsabilidade de Terceiros e Responsabilidade por Infrações.
 - B) Responsabilidade dos Herdeiros; Responsabilidade Solidária e Responsabilidade por Infrações.
 - C) Responsabilidade dos Sucessores; Responsabilidade de Terceiros e Responsabilidade Direta.
 - D) Responsabilidade Direta; Responsabilidade Indireta e Responsabilidade Mista.
37. Assinale a alternativa que contém o procedimento administrativo privativo da autoridade administrativa, tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- A) Edição de Decretos.
 - B) Eleição do Domicílio Tributário.
 - C) Identificação do Contribuinte.
 - D) Lançamento do Crédito Tributário.
38. Assinale a alternativa que contém a modalidade de lançamento efetuado pela Autoridade Administrativa, com base no cadastro fiscal, ou no apurado, diretamente, junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha desses dados.
- A) Por Declaração.
 - B) Por Homologação.
 - C) Por Terceiro.
 - D) De Ofício.
39. Assinale a alternativa que contém uma situação em que o Crédito Tributário pode ter suspensa a sua exigibilidade.
- A) Depósito parcial do montante exigido.
 - B) Moratória.
 - C) Isenção.
 - D) Imunidade.
40. São modalidades de extinção do Crédito Tributário:
- A) o parcelamento; a compensação; a prescrição e a decadência.
 - B) o pagamento; a compensação; a prescrição e a decadência.
 - C) o pagamento; a moratória; a prescrição e a decadência.
 - D) o pagamento; a compensação; a decisão liminar e a decadência.

41. Mediante intimação escrita, são obrigados, dentre outros, a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:
- A) os tabeliães; os bancos; os inventariantes e os síndicos.
 - B) os contadores em quaisquer circunstâncias; os bancos; os auditores independentes e os síndicos.
 - C) os advogados do contribuinte em relação; os bancos; os inventariantes e os síndicos.
 - D) os tabeliães; os auditores independentes; os inventariantes e os advogados.
42. Assinale a alternativa que contém o nome dado à preservação contida em lei, relacionada com as informações obtidas pela Fazenda Pública e seus agentes, com o objetivo de resguardar situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
- A) Sigilo telefônico.
 - B) Sigilo bancário.
 - C) Sigilo fiscal.
 - D) Sigilo comercial.
43. Assinale a alternativa que contém o documento que serve como prova da quitação de determinado tributo, expedida, à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido
- A) Certidão Negativa.
 - B) Comprovante de Pagamento.
 - C) Certidão de Inscrição.
 - D) Documento de Arrecadação.
44. Tributo cobrado em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. Estamos falando de
- A) impostos.
 - B) taxas.
 - C) contribuição de melhoria.
 - D) contribuição social.
45. A competência de instituir, através de lei específica, a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é
- A) da União e dos Municípios.
 - B) dos Estados e do Distrito Federal.
 - C) dos Municípios e do Distrito Federal.
 - D) dos Estados e dos Municípios.
46. São impostos de competência dos Municípios:
- A) ISSQN; IPTU e ITBI
 - B) ICMS; IPTU e ITBI
 - C) IPVA; IPTU e ISSQN
 - D) ISSQN; ITCD e ITBI
47. De acordo com a Lei Nº 1.053, de 22/12/2000 (Código Tributário do Município de Tauá), as alíquotas aplicadas sobre o valor venal dos imóveis urbanos, nos casos da cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, são as seguintes:
- A) Prédios 0,5% (meio por cento) e Terrenos 1,0% (um por cento).
 - B) Prédios 1,0% (um por cento) e Terrenos 0,5% (meio por cento).
 - C) Prédios 1,5% (um e meio por cento) e Terrenos 1,0% (um por cento).
 - D) Prédios 1,0% (um por cento) e Terrenos 1,5% (um e meio por cento).
48. De acordo com a Lei Nº 1.053, de 22/12/2000 (Código Tributário do Município de Tauá), são contribuintes do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos, no que se refere às alienações, estamos nos referindo aos
- A) transmitentes.
 - B) adquirentes.
 - C) permutantes.
 - D) cessionários.

49. De acordo com a Lei N^o 1.053, de 22/12/2000 (Código Tributário do Município de Tauá), são tipos de taxas vigentes, cobradas pelo Município:

- A) de coleta de lixo; de licença para localização e funcionamento; e de licença para fins diversos.
- B) de iluminação pública; de licença para localização e funcionamento; e de expediente.
- C) de licença para localização e funcionamento; de expediente; e de coleta de lixo.
- D) de licença para localização e funcionamento; de licença para fins diversos; e de expediente.

50. Assinale a alternativa que contém um imposto de competência dos Municípios e do Distrito Federal que tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

- A) Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, inciso II, da Constituição Federal de 1988, definidos em lei complementar.
- B) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- C) Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.
- D) Imposto sobre a transmissão "causa morte" e doação, de quaisquer bens ou direitos.